

A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: o endividamento estrutural

Paulo Balanco*, Eduardo Costa Pinto**, Ana Maria Milan***

Resumo

Neste artigo procura-se localizar as origens do processo de estagnação e retrocesso vivido pela América Latina desde meados dos anos 1970. Considera-se, como procedimento metodológico, a crise dos países latino-americanos como parte integrante da própria crise de rebaixamento de lucros e superprodução experimentada pelo capitalismo no mesmo período. Sendo assim, localiza-se o **endividamento** como a componente estrutural principal que, na era da globalização, vincula a degenerescência social latino-americana à crise permanente da sociedade do capital.

Palavras-chave: América Latina, capitalismo, crise, globalização, endividamento.

Abstract

This paper tries to find the origins of the stagnation process and retrocess lived by Latin America since the mid-seventies. As a methodological procedure, the crises of the Latin American countries is considered as part of the capitalist crisis of profit lowering and superproduction in the same period. Thus, **endebment** is found to be the main structural component that, in the era of globalization, links the social downfall in Latin America to the permanent crisis in the capitalist society.

Key words: Latin American, capitalist crises, crisis, globalization, economic stagnation.

INTRODUÇÃO

A trajetória desastrosa e regressiva dos países da América Latina durante as três últimas décadas não pode ser explicada por supostos fatores endógenos ou históricos exclusivos aos mesmos. Trata-se, na verdade, de modificações perfeitamente atreladas ao movimento geral do capitalismo neste mesmo período. Como se sabe, a economia capitalista encontra-se em meio a um pro-

cesso de crise de superprodução desde meados dos anos 1970, fato este que representou a inflexão das taxas de lucro que finalizou a longa fase de expansão iniciada depois da segunda guerra mundial.

Desde então os países e regiões dependentes que participam do sistema do capital passaram a enfrentar profundas mudanças, as quais, na maior parte das vezes, representaram um retorno do grau de desenvolvimento a períodos pretéritos e, por outro lado, aprofundou o quadro social amplamente desigual conhecido desde a superação do período colonial. Em particular, os países latino-americanos adentraram um período marcado profundamente por crises recorrentes, crescimento da instabilidade, estagnação, retrocesso e desarticulação social.

* Professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia. Doutor pela Unicamp. balanco@ufba.br

** Mestrando em economia pela Universidade Federal da Bahia. eduardoc.pinto@zipmail.com.br

*** Mestranda em economia pela Universidade Federal da Bahia e bolsista CAPES.

Para estes países a cristalização deste quadro deletério deu-se mediante a fixação de um processo estrutural de reprodução da dependência e da crise. Evidentemente, este processo corresponde ao **endividamento**, o qual nada mais representa do que a colocação em prática pelos países centrais de medidas voltadas para o enfrentamento da queda da taxa geral de lucro. Os fluxos de capitais passaram a migrar do centro para a periferia latino-americana, primeiro como capitais de empréstimos e, depois, como capitais voláteis especulativos.

Isto quer dizer que a chamada globalização do capitalismo tem entre suas componentes uma estrutura representada pelo aprofundamento da dependência dos países atrasados através do processo de endividamento. Portanto, as reformas neoliberais, iniciadas no começo dos anos 1990, viabilizaram o aprisionamento destes países em uma teia de vínculos que os prendem a esta situação de beco sem saída.

Desta maneira, o propósito deste artigo é o de analisar o aprofundamento da dependência estrutural dos países Latino-americanos aos países centrais na fase da globalização do capitalismo e seus efeitos deletérios na articulação social da região. Para tanto, elege-se como variável explicativa relevante o processo do endividamento e avaliam-se suas conseqüências em termos das políticas econômicas encaminhadas por esses estados nacionais de forma regular e a deterioração dos mesmos mediante a verificação do comportamento dos seus indicadores econômicos e sociais.

CRISE CAPITALISTA E AMÉRICA LATINA: O ENDIVIDAMENTO COMO FATOR ESTRUTURAL DA ESTAGNAÇÃO E DO RETROCESSO

O impasse no qual o capitalismo se encontra mergulhado desde meados dos anos 1970 representa a ação de um conjunto de manifestações econômicas que caracterizam um período particular de sua trajetória. Diz respeito a uma era de crise recorrente, aberta após a conclusão de um ciclo longo expansivo que perdurou por cerca de três décadas após a segunda guerra mundial. Em linhas gerais, pode ser afirmado que, desde então, a economia capitalista conheceu uma significativa e

duradoura inflexão da taxa geral de lucro e a cristalização de uma posição de superprodução. Entretanto, concomitantemente, a redução das taxas de crescimento, acompanhadas de resultados sociais profundamente negativos, como, entre outros, o surgimento de pronunciado desemprego crônico nos países avançados da Europa ocidental e nos EUA (BRENNER, 1998), induziu a configuração de uma série de importantes transformações estruturais de grande envergadura, as quais, por sua vez, alçaram o capitalismo a um novo patamar conhecido como **globalização**.

Contudo, muito embora a globalização seja apresentada pelos círculos conservadores como o ingresso da humanidade em uma definitiva e abrangente era de progresso e evolução inexoráveis, na verdade, contraditoriamente, ela nada mais representa do que a síntese de um processo de crise recorrente do capitalismo. Quer-se afirmar, com isso, que a crise que concilia queda de lucro e superprodução acabou orientando o sistema para a busca de meios alternativos de enfrentamento do recuo da lucratividade mediante o estabelecimento de um processo de ajuste voltado para a determinação de novas formas de acumulação. Portanto, importantes modificações produtivas e organizacionais foram lançadas tendo em vista o enfrentamento do desempenho cadente da taxa de lucro. Entre elas, merece destaque o surgimento de uma intensa onda de inovações tecnológicas, a qual, entretanto, não foi capaz de se transformar em alavanca de retomada da acumulação sustentada. Ao contrário do que se poderia supor como pré-condição para a retomada de uma nova onda longa de expansão, a chamada "terceira revolução tecnológica", associada a outros fatores, acabou por estabelecer uma estrutura marcada pela **turbulência e estagnação**.

Desta forma, ao lado do novo paradigma tecnológico, a principal transformação do capitalismo neste período de crise permanente foi o descolamento do circuito financeiro relativamente ao circuito produtivo. Quer dizer, em condições ordinárias, tendo em vista os mecanismos reprodutivos regulares do capitalismo, o financiamento ao capital produtivo ocorre por meio de uma superestrutura financeira completa, a qual se afirma como expressão da divisão do trabalho entre diferentes modali-

dades funcionais do capital. Entre estas se encontra o capital portador de juros, o qual, originado do capital industrial, adquire uma relativa autonomia mediante a instalação de uma estrutura creditício-financeira originariamente constituída para assegurar o funcionamento daquela esfera da economia na qual ocorre a geração da mais-valia, a saber, o próprio capital industrial (MARX, 1986).

Todavia, após o fim do ciclo expansivo, o que veio a representar um dos fenômenos econômicos mais significativos da era capitalista contemporânea, esta superestrutura financeira expandiu-se atrofiadamente frente à esfera produtiva, já que o desenvolvimento do capitalismo, na segunda metade do século XX, possibilitou a efetivação de novos mercados baseados no capital fictício. A explicação para o surgimento dessa atrofiação deve ser buscada na obstrução que o capital passou a encontrar para retornar aos patamares outrora efetivados da taxa geral de lucro no espaço da reprodução enquanto totalidade, isto é, baseada na atividade efetiva de produção de mercadorias. A dificuldade cada vez maior em viabilizar a acumulação a taxas crescentes de valor novo no plano da produção fez o capitalismo voltar-se acentuadamente para alternativas de lucro centradas em fundamentos financeiros.

Para assegurar rentabilidade máxima do capital privilegiando sua forma financeira, tornou-se necessária a introdução de mecanismos de potencialização da sua mobilidade dentro de determinados parâmetros inerentes à relação espaço-tempo. Neste sentido, as amplas medidas de desregulamentação que os estados centrais, sobretudo os EUA, passaram a impor aos estados nacionais em geral, seguidas de ações viabilizadoras de maior integração dos mesmos ao mercado mundial, deram forma a um novo quadro político-econômico que

se seguiu à aplicação do chamado receituário neoliberal. As inovações tecnológicas acima mencionadas, no que tange aos meios de comunicação e informacionais, vieram ao encontro desse objetivo e, portanto, colaboraram para que fossem asseguradas as condições para a mais ampla liberdade de deslocamento dos capitais financeiros entre as várias regiões do planeta em busca da maximização da rentabilidade.

A dificuldade cada vez maior em viabilizar a acumulação a taxas crescentes de valor novo no plano da produção fez o capitalismo voltar-se acentuadamente para alternativas de lucro centradas em fundamentos financeiros

A nova superestrutura financeira levantada depois dos anos 1970 viabilizou a chamada **financeirização**, quer dizer, a diminuição acentuada das restrições com as quais as empresas se deparavam para obterem um diferencial de rentabilidade positiva quando aplicam seus capitais em investimentos financeiros ao invés de em investimentos produtivos (SALAMA, 2000). A aplicação financeira dos capitais é agora possibilitada por um universo multifacetado de ati-

vos, agentes e instituições creditício-financeiras que em muito representam uma inovação frente aos tradicionais agentes participantes desta esfera conhecidos até então. Trata-se agora de corporações e governos, representando um conjunto de agentes e instituições negociadores de papéis, remuneradoras dos investidores a partir de uma riqueza não previamente existente, ressaltando, portanto, o caráter acentuadamente especulativo em seu interior (McNALLY, 1999).

Este novo quadro, já em meados dos anos 1970, apresentou aquela que seria uma das características principais da dinâmica capitalista daí em diante, qual seja, o fenômeno crucial do **endividamento**. Ao lado do crescimento lento, do aumento da produtividade e da revolução microeletrônica, o endividamento crônico e crescente dos setores público e privado passou para o primeiro plano, consolidando, portanto, esta fase do capitalismo como de crise permanente de superprodução e crise de endividamento (KLIMAN, 2000).

Assim, os países dependentes do mundo capitalista passaram inapelavelmente a participar deste novo ambiente. Em face do excedente crescente de capi-

tais na forma financeira sem oportunidade de reinvestimento produtivo, a nova estrutura abriu as portas para a continuidade da "exportação de capitais" em novas bases. Parcela significativa da chamada liquidez financeira do mercado internacional foi transferida para os países atrasados, em particular os da América Latina, na forma de empréstimos. Estes passaram a priorizar o endividamento como estratégia principal de desenvolvimento econômico, o qual, por sua vez, se transformou em um dos elementos mais significativos da estrutura contemporânea da reprodução capitalista.

Como componente fundamental deste novo padrão de acumulação, aquele que Chesnais (1996) denomina de "regime de acumulação predominantemente financeiro", a dívida dos países latino-americanos ocupou o lugar da política de desenvolvimento nacional baseada na "substituição de importações" que havia sido adotada desde os anos 1930. Isto quer dizer que essas economias tiveram que passar por uma primeira reestruturação produtiva no interior da

qual o esforço exportador passou a ser a variável mais importante em detrimento da expansão do mercado interno. A dívida foi formada, sobretudo, entre 1965 e 1985, passando, então, a ser administrada como fator de reprodução da rentabilidade do capital financeiro oriundo dos países centrais. Neste período a principal mudança foi a adequação dos estados nacionais ao processo de constituição da dívida. Os governos latino-americanos, por conseguinte, internalizaram um volume imenso de recursos financeiros reciclados pela banca internacional mediante políticas de desenvolvimento que em alguns casos, e por um período limitado, viabilizaram taxas de crescimento acima daquelas verificadas historicamente.

Acontece que aquela montanha de dinheiro foi contratada para começar a vencer em períodos relativamente curtos e a taxas de juros flutuantes. Evidentemente, mesmo com o grande ingresso de capitais, estes países não implementaram uma es-

trutura produtiva capaz de viabilizar excedentes necessários ao pagamento regular do serviço da dívida e, simultaneamente, orientar os investimentos visando o crescimento interno. Na verdade, e considerando que este foi um período marcado por vários choques da economia mundial, as economias latino-americanas não lograram por em prática um padrão de desenvolvimento, baseado nos empréstimos estrangeiros, em que a taxa de crescimento do valor novo superasse a taxa de juros. Em consonância com este quadro, já no início dos anos 1980, os países da região passavam a implementar um esforço exportador desmesurado com o único propósito de criar receitas em divisas estrangeiras necessárias ao pagamento do serviço da dívida.

A América Latina, então, adentra uma fase que passou a ser considerada como as "décadas perdidas". São assim denominadas em face do peso da dívida relativamente ao tamanho do produto interno. O esforço exportador acima mencionado só poderia ser viabilizado com uma condição, qual seja, a implementação de recessão econômica de longo alcance. Os grandes países da América Latina, Argentina, Brasil e México, em diferentes momentos da década de 1980, enfrentaram crises internas agudas cujas características principais foram a recessão e a inflação galopante e recorrente. Mas, no geral, embora tivessem parcialmente superado os efeitos mais deletérios, no momento em que os efeitos mais graves de seus respectivos choques particulares foram amenizados, a dura realidade do endividamento já se tornara estrutural. Nesta altura, a dependência crucial dos capitais de financiamento para garantir a reprodutibilidade da própria dívida, e possibilitar pequenos períodos de recuperação limitada, constituir-se como inexorável e seria decisiva no novo ambiente que se formaria entre o final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado.

O quadro capitalista que passou a ser denominado de globalização foi acelerado neste último pe-

A América Latina, então, adentra uma fase que passou a ser considerada como as "décadas perdidas". São assim denominadas em face do peso da dívida relativamente ao tamanho do produto interno. O esforço exportador acima mencionado só poderia ser viabilizado com uma condição, qual seja, a implementação de recessão econômica de longo alcance

ríodo. Assim, no final dos anos 1980, uma iniciativa agressiva dos países capitalistas centrais fora iniciada visando a integração completa dos países dependentes ao mercado mundial. Nesta oportunidade, o capital-dinheiro mudara a forma de seu movimento: em vez de empréstimos externos, como assinado no período anterior, agora passavam-se a privilegiar os investimentos financeiros especulativos de curto-prazo. Trata-se de uma situação nova. Quando prevalecera o mecanismo dos empréstimos, a remuneração do capital dinheiro era fixada pelas taxas de juros vigentes no mercado internacional, aquelas determinadas pelas principais praças financeiras, tais como Londres e Nova York. Além disso, como os empréstimos, teoricamente, representavam o movimento de entrada de massas de capitais para dentro dos estados tomadores por iniciativa interna (governos e empresas), não havia necessidade de mudanças das normas regulatórias do mercado financeiro nacional.

Desta forma, a partir das orientações das instituições e agências representativas do grande capital, FMI e Banco Mundial, principalmente, um amplo processo de reformas, que incluíam a desregulamentação e a flexibilização, foi impulsionado nos países periféricos. Visavam sobretudo a atender a novas perspectivas de remuneração do capital dinheiro, agora totalmente especulativo, na qual a taxa de juro interna passava a ter um papel preponderante. Entretanto, não apenas as taxas de juros nacionais tornaram-se decisivas, mas, também, a diferenciação entre estas no espaço do mercado internacional, por conseguinte viabilizando o método da arbitragem, uma das práticas de remuneração mais importantes adotadas atualmente. Ao lado disso, deve ser mencionado também o surgimento de um número muito elevado de inovações ocorridas no setor financeiro, como, por exemplo, a criação dos derivativos, o aparecimento do mercado secundário de negociação dos certificados da dívida dos países atrasados, o crescimento desmesurado da importância da especulação em bolsa de valores e a implementação de um elevadíssimo mercado de especulação com moedas nacionais.

Evidentemente, para que esse quadro se tornasse viável, o movimento de entrada e saída dos

capitais nos espaços nacionais teria que ser o mais amplo possível. Daí o caráter volátil que o capital-dinheiro passou a ter e, por consequência, a ampliação da vulnerabilidade dos países recebedores destes capitais. Aqui se revela novamente, sob outras condições, o papel da dívida como componente estrutural decisivo. Como os novos capitais passavam a entrar por períodos relativos curtos, sem compromisso com a alteração da estrutura produtiva interna, quando muito os mesmos passavam a ser utilizados para o cumprimento das obrigações do serviço da dívida externa que continuava como regularidade. Ao mesmo tempo, praticando a arbitragem, estes capitais, agora especulativos, não tinham prazos nem critérios definidos para sair e quando o faziam, em função de melhores oportunidades em outras regiões do planeta, ou por conta da deterioração das contas externas dos países onde se encontravam, abria-se um ataque especulativo que levou não apenas os países latino-americanos a enfrentarem crises agudas, mas também outros países ditos emergentes, como é o caso dos novos países industrializados do sudeste asiático.

Os países dependentes ficam agora prisioneiros de dois movimentos: a continuidade do pagamento do serviço da dívida e, ao mesmo tempo, a remuneração generosa do capital estrangeiro especulativo. Para isso foram obrigados a encaminhar políticas de ajuste macroeconômico cujas principais características foram os combates violentos à inflação mediante medidas restritivas da atividade interna, o crescimento do endividamento interno por conta da oferta de títulos públicos a juros estratosféricos e, não menos importante, a adoção de regimes cambiais fixos voltados para a valorização das moedas nacionais frente ao dólar. Estes três fatores combinados constituem uma garantia de que os capitais especulativos serão remunerados a taxas de juros reais as mais amplas possíveis. Portanto, o combate à inflação, via recessão e mediante a sobrevalorização cambial, esteve voltada, principalmente, para a viabilização desta rentabilidade excepcional.

Vê-se assim que o endividamento constituído no período 1965-1985 tornou-se, em si mesmo, um obstáculo ao crescimento, mas, ao mesmo tempo, constituiu-se na fonte principal da instabilidade crô-

nica e de processos recessivos permanentes nos quais ingressaram os países da América Latina. No período atual, iniciado na segunda metade da década de 1980, este fator estrutural conduziu estes países a uma posição de dependência crucial frente ao capital externo. Como afirma Salama (2000, p. 36),

em geral a política de taxas de juros altas é (...) um freio ao desenvolvimento e pesa muito sobre o serviço da dívida interna dos Estados, aprofunda rapidamente os déficits orçamentários destes e é fonte de ceticismo crescente quanto à política econômica do governo.

Frente ao papel estrutural do endividamento as nações latino-americanas encontram-se em meio a um círculo vicioso há cerca de três décadas. Coloca-separa estes países, portanto, uma questão crucial, qual seja, a ruptura com este processo que os mantém em uma posição de turbulência, estagnação e decadência permanente. Isto é ainda mais relevante quando se sabe que, no curto-prazo, parece duvidoso que a fragilidade dos países atrasados e seus colapsos recentes, como é o caso da Argentina, possam afetar decisivamente os países centrais da mesma maneira como aconteceu na segunda metade dos anos 90 quando das crises mexicanas, asiática, russa e brasileira. Isto porque uma generalização para a economia mundial dos efeitos de bancarrotas em países periféricos dependeria de três aspectos, ainda não perceptíveis nos países centrais, a saber, um colapso descontrolado das bolsas de valores, a impossibilidade de ajuda e apoio estatais a empresas e bancos falidos e o desaparecimento de qualquer coordenação monetária efetiva por parte das grandes potências (KATZ, 2002).

OS PERCALÇOS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA E OS DESEQUILÍBRIOS RECORRENTES NO BALANÇO DE PAGAMENTOS

O regime de acumulação sob a égide das finanças só se configurou de forma exitosa porque foi engendrado pela potência econômica capitalista. Sob o auspício do capital financeiro, os Estados Unidos reafirmaram sua hegemonia, a partir do fi-

nal da década de 70, tanto na dimensão econômico – política do “dólar forte” atrelada a elevação ingente das taxas de juros – quanto na geopolítica – programa “guerra nas estrelas”. A hegemonia do capital financeiro proporcionou profundas transformações na dinâmica dos mercados financeiros internacionais, o que alterou significativamente as relações entre os setores privados (formas de arbitragem) e público (bancos centrais) e, ainda, as interações entre os países centrais e periféricos. No início da década de 80, com a moratória mexicana, a América Latina viu suas fontes de financiamento secarem. Assim, a região foi guiada à crise no balanço de pagamentos, aprofundada pela recessão mundial, e a ampliação da deterioração dos termos de troca.

Diante desse panorama, o continente adotou – influenciado pelos *establishments* econômicos do FMI e do Banco Mundial – medidas de controle recessivo e restritivo das importações e de fomento das exportações através de agressivas políticas cambiais. Os anos 90 foram marcados pela abundância de liquidez internacional e pela globalização financeira. Ela foi engendrada através do processo de liberalização e/ou desregulamentação financeira, consubstanciada pela securitização das dívidas dos Estados nacionais e pela nova proliferação de instrumentos financeiros. Isto provocou uma mudança na forma de financiamento da dívida. A estratégia seguida no continente, diferente dos anos 80, foi voltada à obtenção de crescentes fluxos de capitais forâneos, de forma a deslocar a restrição externa, controlar a inflação e integrar os mercados financeiros domésticos aos circuitos financeiros internacionais.

Beneficiada, temporariamente, pela abundância dos fluxos de capitais internacionais especulativos, a Argentina, o México e o Brasil conseguiram viabilizar o aumento importador, ou seja, a integração financeira da região aos mercados internacionais não retrocedeu ao antigo modelo agrário exportador, num primeiro momento, já que os fluxos de capitais potencializaram o ajuste importador. Entretanto, a dependência de capital especulativo, neste modelo, aumentou a vulnerabilidade externa, uma vez que qualquer “espiro” do mercado poderia criar uma debandada geral e provocou a instabili-

dade das taxas de câmbio e dos juros que se materializam em crises.

Durante os anos 70 a expansão do crédito internacional permitiu às economias latino-americanas crescer com elevados déficits em conta corrente e no balanço de pagamento, déficits fiscais e preços relativos insustentáveis. Com a extirpação da liquidez internacional, no início da década de 80, materializou-se a insustentabilidade das políticas macroeconômicas de crescimento, desencadeando a crise do endividamento. Isto influenciou negativamente a taxa de crescimento do PIB regional, que passou de 5,6%, nos anos 70, para 1,2%, na década de 80, na média anual (CEPAL, 2002b).

A ingente elevação da taxa de juros engendrada pela política Volker, em 1979, afetou fortemente a situação fiscal e a balança de pagamento dos países latino-americanos, já que os empréstimos contraídos pelos mesmos foram efetivados a juros flutuantes.

Neste ambiente, de altas taxas de juros, de aumento da inflação e de desvalorização cambial, incrementaram-se os riscos de investimentos, os custos financeiros (pagamento do principal e juros), o que gerou uma expectativa de insolvência das empresas e bancos privados latino-americanos que se endividaram externamente em moeda forânea “forte”. Para evitar a bancarrota, os Estados nacionais, entre 1979 e 1982, assumiram os passivos externos em moeda estrangeira. Coube às instituições privadas, então, pagar suas dívidas em moeda nacional aos seus governos, e estes assumiram o ônus dessa diferença. Este fenômeno foi denominado: “*estatização da dívida externa*” (CANO, 2000).

Com o processo de estatização da dívida externa os Estados latino-americanos foram literalmente à bancarrota! As receitas destes já eram insuficientes para cobrir os níveis de gastos de antes desse processo. Como numa ciranda financeira, os Estados foram obrigados a elevar seus endividamentos, principalmente, através da venda de títulos públicos da dívida interna para obter divisas para amortizar seus empréstimos estrangeiros, ou seja, os governos contraíram dívidas no mercado interno para amortizarem dívidas externas. Esse procedimento era produzido da seguinte forma:

Dado o risco e baixa credibilidade no Estado, essa dívida interna era negociada a altos juros e com vencimentos efetivos diários na rede bancária, o que a convertia em quase moeda. Com isso, a ampliação da dívida pública interna inflacionava ainda mais o gasto público, agora com mais juros e correções monetárias aos credores nacionais. Estava criada, assim, uma geminalidade financeira entre as duas dívidas, aumentando ainda mais as pressões altistas no sistema de preço (CANO, 2000, p. 31).

Os países devedores da região, ao refinanciarem, através de novos empréstimos, suas dívidas junto ao FMI, tiveram que assinar acordos ou cartas de intenções que garantissem a aplicação de políticas de ajustes monetário de balanço de pagamento, que apresentavam os seguintes pontos: a) políticas fiscais e monetárias restritivas; b) queda do salário real. Estes dois pontos provocaram a queda do consumo e dos investimentos; e c) desvalorizações cambiais, como uma forma de incentivar as exportações¹ e diminuir as importações, tentando diminuir os déficits entre as balanças comerciais e de transações correntes. Este arcabouço de medidas teve como elemento fulcral a busca de sucessivos superávits da balança comercial. Para tanto, adotaram-se fortes ajustes das políticas de desvalorizações cambiais, em todo o continente, que provocaram elevações das taxas de inflação.

O modelo de desenvolvimento da década de 80, pelas suas características recessivas, logrou taxas de crescimentos ínfimas para o PIB da região. Entre 1980 e 1985, ocorreu um incremento de 0,6 %; já, entre 1985 e 1990, o crescimento foi um pouco maior (1,9%). Esta *performance* do PIB regional restringiu a receita fiscal, comprometendo a redução do déficit fiscal acordado com o FMI.

O setor externo apresentou as mesmas vicissitudes do crescimento econômico, na medida em que as importações, na média anual, se reduziram em 8,1%, entre 1980 e 1985, e as exportações obtiveram um crescimento baixo de 0,8 %, na média anual, para o mesmo período. Entre 1986 e 1990, a situação se afrouxou um pouco em virtude das desvalorizações e das renegociações da dívida, as importações voltaram a crescer numa taxa de 9,7%, e as exportações também lograram um crescimento

¹ Como tínhamos assinalado na seção anterior, um dos objetivos da política de desenvolvimento foi a de fomentar as exportações como instrumento gerador de divisas para as amortizações das dívidas.

de 5,8%, ambas em média anual. Apesar disso, a participação da região nas exportações mundiais encolheu de 5,5% para 3,9%, entre 1980 e 1990. A inserção da América Latina na economia mundial se configura de forma marginal nos fluxos comerciais.

Vale ressaltar, que o pagamento dos juros aos credores absorveu uma parcela significativa da elevação das exportações, nos anos 80. Com a deterioração dos termos de troca, em especial, nas *commodities* agrícolas e industriais, verificou-se uma corrosão dos esforços exportadores, pós-85, realizados na região.

As medidas aplicadas para combater a inflação não lograram êxito, a taxa média anualizada elevou-se para 84,4%, entre 1980 e 1984, e aumentou ainda mais para 229,8%, entre 1985 e 1989. Alguns países da região, tais como Argentina e Brasil, chegaram a vivenciar processos hiper inflacionários. Isto ocorreu devido às políticas de desvalorização cambial que provocaram uma inflação de oferta e, também, em virtude de criação da quase moeda no processo de financiamento da dívida que ampliavam a oferta monetária, pressionando os níveis de preço.

As elevadas taxas de juros, que serviram de instrumento na captação de divisas através de títulos da dívida pública interna, funcionaram, por outro lado, como agentes da desestruturação das contas públicas – agravaram-se fortemente os déficits orçamentários em virtude dos pagamentos dos serviços da dívida – dos Estados latino-americanos. O montante da dívida passou de US\$ 220,3 para US\$ 448,2 bilhões, entre 1980 e 1990 (CEPAL, 2002b).

A intensa abertura comercial e financeira, na década de 90, foi conformada por vários acontecimentos econômicos e políticos. Dentre eles, destaca-se a estratégia comercial americana voltada para a recuperação da competitividade das suas exportações. Isto constituiu um elemento central para o entendimento da mudança do contexto macroeconômico dos anos 80 em relação aos anos 90 e da atual inserção internacional latino-americana (MEDEIROS, 1997).

No final da década de 80, a abertura comercial e financeira se generalizou no continente em concomitância com o início da reestruturação da dívida – Plano Brady –, provocando uma grande guinada

nas políticas macroeconômicas da região. Além da abertura aos fluxos de capitais, a dinâmica financeira foi impulsionada pela securitização da dívida externa utilizando-se a emissão de bônus negociáveis no mercado financeiro americano e pelas inovações financeiras (derivativos, mercados futuros, etc.). Nesse novo cenário internacional, a América Latina sai da posição de emissor de capitais para tornar-se receptor desses fluxos, principalmente capitais de curto prazo (*hot-money*).

Entre 1984 e 1989, o saldo da conta capitais em porcentagem do PIB na região (média entre Colômbia, Chile, Peru, Argentina, México e Brasil) foi de – 1,6%, ou seja, existiu transferência líquida para o exterior. A partir de 1990, o continente se inseriu no mercado internacional como receptor de investimentos de portfólio e o saldo da conta de capitais foi de 1,4% (UNCTAD, *apud* MEDEIROS, 1997, p. 293). Desta forma, o crédito interno, entre 1988 e 1993, aumentou de 22% para 30% do PIB, enquanto o índice dos preços dos valores negociados em bolsa incrementou-se mais de três vezes e meia – “efeito riqueza”. (CEPAL, 2002b).

Os ajustes macroeconômicos da década de oitenta, na América Latina, não conseguiram solucionar os problemas de endividamento, desequilíbrios do balanço de pagamento e déficit orçamentário. Com isso, as políticas neoliberais foram ganhando legitimidade na sociedade, abrindo, assim, espaços para que os Estados nacionais as implementassem. Mas porque os Estados nacionais latinos adotaram essas medidas? Até aqui já demos algumas pistas. Contudo, desvelaremos esta questão na seção seguinte.

Assim, foram sendo estabelecidos, em quase todo continente, ajustes estruturais neoliberais que buscavam o controle monetário e do gasto público, a liberalização comercial e financeira e a reforma do Estado. Nesse bojo, a política cambial norteou-se pela valorização da moeda, utilizando um sistema de câmbio fixo. A estabilidade de preços transformou-se na variável de controle macroeconômico. Para este intento, utilizaram-se políticas cambiais e o processo de liberalização comercial.

O modelo macroeconômico, com livre mobilidade de capital e câmbio fixo, utilizado na maioria dos países do continente e em boa parte dos anos 90,

apresentava a seguinte dinâmica: a entrada de capitais, num primeiro momento, gera o aumento das reservas internas, pois o câmbio era fixo. Isto provoca o aumento do crédito e da liquidez monetária que poderia gerar aumento no nível de preço, entretanto o banco central enxuga esta liquidez através da venda de títulos públicos – operação no mercado primário. Para tanto, eleva-se a taxa de juros que atrai os capitais e diminuem a liquidez interna, contudo provocando um aumento da dívida interna que se refletirá no incremento do pagamento de juros acentuando o déficit orçamentário. Como os governos conseguiram financiar estes déficits? Através da emissão de novos papéis da dívida, ou seja, uma ciranda financeira. Para conseguir vender estes papéis os governos deverão apresentar uma maior rentabilidade para o título através da elevação da taxa de juros. Desta forma este processo vai se retroalimentando, o que provoca a ampliação das diferenças entre a taxa de juros nacionais da região, pois os diversos países concorrem entre si para atrair capitais e o incremento do diferencial entre taxa de câmbio real e nominal, implicando no aumento das importações.

As políticas econômicas, na América Latina, conseguiram alcançar seu intento monetário: conter a inflação. No ano de 1990, o nível de preço que foi, na média anual, de 1680%, caiu para 758% em 1993, e diminuiu ainda mais em 1998, alcançando 11% (CANO, 2000). No entanto, estas medidas acentuaram a dependência de capital externo e provocaram o aumento das importações, refletindo numa piora da balança comercial e incremento dos déficits orçamentários, ou seja, geraram novos desequilíbrios.

As políticas de valorização cambial e a abertura comercial provocaram o aumento da taxa de crescimento das importações que excedeu notoriamente as das exportações. Entre 1990 e 2000, o déficit comercial, com relação ao PIB, foi de 0,9% e o déficit da conta capital foi de 2,6% do PIB, ambas em média anual. Isto demonstra a dependência do financiamento internacional na economia latino-americana, apesar da grande redução do ritmo de crescimento econômico, apenas 2,9%, entre 1990 e 2001, na média anual (CEPAL, 2002b).

Neste contexto, a elevação da taxa de juros, no âmbito interno, é utilizada para conter a inflação e,

no espaço externo, para atrair capitais forâneos. O ingresso desses dependeria de projeções – expectativas racionais – das taxas de juros determinadas pelo mercado – ou seja, as políticas monetárias nacionais (taxa de juros) seriam conformadas pelo “governo mundial” –, finanças privadas, conformada por bancos privados e, principalmente, fundos mútuos e de pensão. Entrementes, segundo Kregel, (1999), as políticas monetárias (taxa de juros) não são determinadas pelo mercado e sim por decisões políticas nacionais.

Nos anos 90, as taxas de juros ganham um caráter diferente em relação a década de 80, já que estas se inserem como um instrumento fundamental para sustentar o regime de acumulação sob a dinâmica financeira. Desta forma, as altas taxas de juros e a desregulamentação nos mercados financeiros, na América Latina, conseguiram atrair os fluxos de capitais externos. Estes fluxos tendem a ser muito voláteis, pois não se vinculam aos fundamentos das economias nacionais e sim no processo de especulação financeira (D-D’).

As elevadas taxas de juros se refletiram fortemente na dívida pública da região. A dívida externa bruta saltou de US\$ 460,9 para US\$ 727,8 bilhões, entre 1991 e 2001. A Argentina e o Brasil desembolsaram mais de 40% de sua riqueza nacional em pagamentos da dívida. Entre 1991 e 2001 a dívida externa bruta desembolsada variou de 32,3% para 52%, na Argentina, e de 30,4% para 43,4%, no Brasil. O aumento deste desembolso explica em parte as crises financeiras recorrentes que o Brasil e a Argentina vêm apresentando. Será que isto foi provocado por gastos públicos irresponsáveis? Na verdade este discurso é mais uma falácia ideológica liberal, já que os desequilíbrios financeiros são inerentes ao atual regime de acumulação.

Para estabilizar a relação dívida/PIB é necessário que a taxa de crescimento do PIB seja ao menos igual à relação juros/dívida. Isto não ocorreu na década de 90, pois as taxas de juros foram mantidas elevadas para garantir os lucros dos capitais voláteis, o que inibiu o crescimento econômico. Entramos, então, num beco sem saída quando adotamos as políticas macroeconômicas neoliberais.

A combinação de déficit externo, taxa de câmbio apreciada e déficit orçamentário constituíram-se

numa política insustentável, na América Latina. Isto porque, na medida que a qualquer sinal desfavorável aos mercados – diminuição das taxas de juros – ocorreria a saída dos capitais voláteis, comprometendo a conversibilidade da moeda: *crise financeira*. Ao tentar dar sinais positivos (aumento da taxa de juros) ao mercado, os governos agravam sua situação fiscal e comprometem o crescimento. Isto provoca um processo de desarticulação social e econômica, aprofundando as mazelas sociais da América Latina.

AJUSTES ESTRUTURAIS NEOLIBERAIS E A DESARTICULAÇÃO SOCIAL

O espaço latino-americano, desde o seu descobrimento até os dias atuais, vem se conformando como um empreendimento do capital em geral sob o auspício de uma determinada potência capitalista hegemônica. Em seus primórdios, o ouro e prata pilhados dos países da região – sistema colonial – funcionaram como um dos fatores principais da acumulação originária do capital industrial europeu, principalmente inglês. Entre 1930 e final dos anos 80, a América Latina experimentou um grau excepcional de soberania² dos Estados nacionais no exercício e no manejo de políticas econômicas diante da *hegemon* – período atípico na história da região – o que possibilitou a conformação do modelo de substituição de importações tentando engendrar a industrialização no continente. Vale ressaltar que, mesmo nesta situação, o imperialismo continuou presente entre nós durante todo esse período, já que o capital produtivo começou a se expandir nos Estados latino-americanos, através das multinacionais estadunidenses, com o intuito de ampliar os espaços de sua reprodução (D-M-D'). A partir dos anos 90, a praça latino-americana se insere no âmbito internacional como os espaços de

reciclagem do capital fictício (D-D') através da ampliação dos títulos da dívida pública e da ciranda financeira do regime de acumulação sob a égide das finanças. Numa nova fase, o imperialismo estadunidense, com o patrocínio do capital financeiro – bancos privados e; principalmente, fundos mútuos e de pensão – amplifica sua hegemonia, ao mesmo tempo em que limita a capacidade dos Estados nacionais da região de engendrar políticas econômicas autônomas.

Desta forma, todas as riquezas – recursos naturais e humanos – latino-americanas se transformaram em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e, como tal, têm se acumulado até hoje nos distantes centros de poder. “A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema”. Desta forma, “e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de besta de carga”. (GALEANO, 1978, p. 14). Essa conformação histórica deixou um legado pesado de elevada concentração da riqueza e de mazelas sociais recalcitrantes.

As políticas econômicas dos países da região, adotadas a partir do final dos anos 70, e que vêm se reproduzindo, provocaram o aumento do endividamento externo, o que permitiu compensar os limites da valorização produtiva do capital na América Latina. Isto quer dizer que o potencial regional de alavancagem do circuito do capital (D-M-D') é restringido pela demanda efetiva, uma vez que há uma retumbante concentração de renda e riqueza – herança das estruturas sociais do modelo agrário-exportador (sociedades rurais) que o processo de industrialização (modelo de substituição de importações) não conseguiu modificar – que vem se aprofundando com a implementação de políticas públicas neoliberais e/ou dos ajustes estruturais.³

³ Em 1989, o economista John Williamson, do Institute of International Economics de Washington, compilou uma lista das políticas de mercado, que incluíam também disciplina fiscal, reforma tributária, desregulamentação da economia, liberalização das taxas de juros, taxas de câmbio competitivas, revisão das prioridades dos gastos públicos, maior abertura ao investimento estrangeiro e fortalecimento do direito à propriedade. Este conjunto de políticas neoliberais foi denominado de “consenso de Washington”. Estas medidas faziam-se necessárias para a América Latina retomar o crescimento e superar a pobreza profundamente arraigada, segundo a maioria dos especialistas nas instituições financeiras internacionais e centros de estudo baseados em Washington.

Segundo Perreira (2001) a política monetária por meio do sistema de preços relativos – impostas para assegurar a continuidade do endividamento internacional – reduziu a nada a esperança que a democracia poderia modificar de maneira substancial o rumo da história social na América Latina.

O cenário internacional, a partir de 89, segundo Cano (2000), modificou-se de forma conjuntural com: a implosão do mundo socialista; a forte desaceleração das economias desenvolvidas; e queda relevante das taxas de juros. E estruturalmente a partir da: necessidade de renegociação das dívidas externas; reestruturação produtiva das multinacionais nos espaços periféricos; busca americana de mercado exterior para novos excedentes exportáveis. “Para atingir plenamente seus objetivos, os países centrais impuseram aos devedores as chamadas políticas neoliberais” (CANO, 2000, p.32) – o FMI e o Banco Mundial funcionaram com peças chave desse processo. Desta forma, os governos latino-americanos, entre o final dos anos 80 e início dos 90, começaram a aderir aos ajustes estruturais – planos de estabilização econômica e ajustes institucionais, principalmente, do mercado de trabalho –, em grande parte, constrangidos por seu endividamento.

A maioria dos países da região adotou, se bem que seletivamente e com diferentes graus de intensidade, os ajustes estruturais que consistiam, sinteticamente, em privatizações e desregulamentações, na flexibilização do mercado de trabalho, em diminuição do papel do Estado e na abertura comercial. Assumia-se, portanto, a retórica de que o excessivo intervencionismo do Estado e os déficits fiscais eram os principais empecilhos para os países latinos embarcarem numa nova fase de crescimento e prosperidade. Para tanto, a estabilidade monetária, o equilíbrio fiscal e a competitividade internacional seriam os instrumentos de modernização da periferia. A prosperidade estaria a caminho da América Latina!

Os planos de estabilização monetária da América Latina, calcados na sobrevalorização da nova moeda criada e na abertura comercial e financeira, conseguiram reduzir as taxas de inflação de forma imediata, proporcionando um círculo virtuoso de aumento do consumo e crescimento da produção e

do emprego, impulsionado pelo fim do imposto inflacionário. No entanto, esse processo logo se mostrou efêmero, diante dos problemas surgidos nas contas externas dos países e em suas finanças públicas. Mesmo assim, a estabilidade monetária se converteu no principal bem público da América Latina, garantindo a eleição e reeleição de vários presidentes: Carlos Menem na Argentina, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Alberto Fujimori no Peru e a manutenção do partido governista no México. Ademais, os Ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais que implementaram a austeridade fiscal e monetária foram saudados como heróis pelos investidores estrangeiros, que trouxeram quantidades de capital sem precedentes para a região. A América Latina, por muito tempo uma retardatária na economia global, parecia prestes a se recuperar. Uma grande ilusão para a maioria da população do continente!

À medida que a América Latina embarcava no modelo de desenvolvimento baseado em economias abertas e na competição global inicia-se um processo de regressão social e econômica, “uma volta ao passado”, quando os países latino-americanos participavam da economia mundial sobre as bases das vantagens comparativas como produtores de bens primários e como importadores de manufaturas e tecnologias do mundo industrializado. Uma espécie de retrocesso ao modelo agropecuário-exportador que se apresentou extremamente vulnerável às oscilações dos mercados externos. Uma atitude suicida diante da realidade ingente de incertezas no contexto internacional contemporâneo.

Passados quase catorze anos da implantação dos ajustes estruturais na América latina, o pessimismo assola grande parte da região. Não é para menos, uma vez que o tão propalado desenvolvimento não se configurou e, ainda, o continente vem sendo assolado por uma série de crises recorrentes – México em 1994, Brasil em 1999, Argentina em 2001 – que o remete à pior recessão em décadas levando ao crescimento da miséria e do desemprego.

O ajuste estrutural, na maioria dos países latino-americanos, tem proporcionado “enormes transferências de renda, poder e riqueza para o *establishment* político e econômico”. Implicando a “margina-

lização e exclusão da maioria da população” e a desvalorização das políticas sociais universalizantes (TEUBAL, 2000-2001, p. 461). Estes ajustes provocam o incremento na exploração do trabalho, evidenciado através da redução dos salários reais dos grupos de rendimentos mais baixos – tanto direto quanto indireto⁴ –, à maior regressividade na distribuição da renda e à elevação do desemprego em suas várias formas. Estes elementos conformam um novo modelo de desenvolvimento ou regime de acumulação que pode ser definido como “desarticulado setorial e socialmente”. O conceito de desarticulação está vinculado ao fato que a principal atividade da economia está dissociada da demanda originária da renda salarial, ou seja, a atividade produtiva vincula-se às exportações ou ao consumo de grupos de rendas médias e mais elevadas – bens de luxo. A dinâmica desta estrutura econômica leva a ampliação das desigualdades de renda, e tendem a orientar ainda mais o consumo para bens de luxo provocando uma maior “desarticulação setorial e social”. Neste arcabouço, o salário apresenta-se como instrumento de alavancagem do crescimento, o “social” vincula-se à queda dos salários e ao incremento do desemprego em todas suas formas, e o “setorial” associa-se ao balanceamento entre o departamento de produção e consumo dentro do país. Todos esse fatores impactam na estrutura da economia e na natureza dos investimentos produtivos (TEUBAL, 2000-2001).

O conceito de “(des)articulação social setorial”⁵ é complexo e ainda não foi delimitado completamente.

It refers to the degree or rate of exploitation prevailing in different economies [taxa de mais-valia relativa ou absoluta que depende da luta de classe] (...) and also includes important demand elements [principalmente a renda salarial no modelo construído por Kalecki] (...) that influences the industrial structure of the economy (op. cit., p.463).

Os programas de ajustes estruturais, quando não levam em consideração o incremento da produtividade – aumento da taxa de mais-valia relativa

⁴ Vinculada a custos baixos ou gratuitos na obtenção de alimentação, educação, saúde, moradia e outras necessidades básicas.

⁵ O conceito foi desenvolvido em 1960 e 70 por Furtado, Amin, Janvry entre outros.

por intermediários de novas tecnologias – podem ser construídos vislumbrando o incremento da taxa de mais-valia absoluta através da queda real do salário. Não obstante, tanto a taxa de mais-valia relativa quanto a taxa de mais-valia absoluta podem ser engendradas concomitantemente (TEUBAL, 2000-2001). Com as limitações tecnológicas da América Latina provocadas, por um lado, pelas restrições orçamentárias que impedem o aumento por parte dos Estado em P&D e, por outro lado, pelo setor privado composto por grandes corporações multinacionais que tendem a investir em P&D em suas sedes fora do continente, os ajustes estruturais tendem a ser corporificados, mais fortemente, através da queda dos salários reais. Provocando, portanto, o agravamento do desemprego e das questões sociais.

Assim, a heterogeneidade do continente vem aumentando, dentro de cada país e entre os diferentes países, já que a renda vem sendo distribuída de forma regressiva. Deste modo, a desigualdade, nos países latino-americanos, se acentuou, tanto nos que tiveram êxito nos ajustes estruturais quanto nos menos exitosos. O abismo entre os mais abastados e os mais pobres cresceu de forma acentuada mesmo tendo ocorrido maior crescimento do produto e recuperações parciais de salários em alguns dos países latino-americanos que adotaram as políticas liberalizantes. Dentre os países principais, a evolução do salário mínimo real urbano mostrou a superação dos níveis salariais de 1990 – com exceção do México e Uruguai. Entrementes, no cotejo entre os níveis de 1980 e de 2000, encontraram-se reduções significativas: no Brasil (-5,42%), na Argentina (-32,80%), na Venezuela (-98,47%), no México (-235,27%), no Peru (-460,51%). O Chile e Paraguai foram exceções, já que apresentaram crescimento (45,25%) e (18,28%), respectivamente (CEPAL, 2002a).

A distribuição da renda encontra-se em níveis piores hoje, na maioria dos países do continente, do que na década de 80 e 90. Segundo Cepal (2002a), os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população detinham, respectivamente, em porcentagem da renda total, 6,8 e 45,3, em 1980, e 6,0 e 56,0 no ano de 1999, na Argentina; 3,3 e 59,2, em 1980, e

3,5 e 61,9, em 1999, no Brasil. Neste país, apesar de certa melhora na renda dos mais pobres, ocorreu um aumento na renda dos mais ricos, com um provável descolamento de renda das classes médias brasileiras para as classes mais pobres e mais ricas, o que não se configura como a melhor forma para obtenção de equidade na renda; 7,8 e 41,2, em 1984, e 6,7 e 49,0, em 2000, no México, uma das piores evoluções na distribuição de renda, só perdendo para a Venezuela. As poucas exceções foram o Chile e a Colômbia, que lograram uma melhora dos índices de equidade social. No conjunto da América latina a herança da desigualdade social e suas conseqüências continuam sendo levadas às futuras gerações. A pobreza e a indigência da população urbana, entre 1994 e 1999, diminuiu de 32% e 12% para, respectivamente, 30% e 9%. Embora se perceba uma pequena melhoria neste período, a pobreza ainda manteve-se muito acima dos níveis de 1980 (25% e 9%), enquanto a indigência urbana se manteve na mesma posição. Com a população rural, o quadro é ainda pior: entre 1994 e 1999, a pobreza e a indigência caíram de 56% para 54% e de 34% para 31%, respectivamente; em relação a 1990, ambas também pioraram (CEPAL, 2002a).

O baixo crescimento econômico, juntamente com abertura comercial, as privatizações das empresas estatais e a fragilização dos sindicatos, na América latina, implicaram direta e indiretamente no aumento das taxas de desemprego e contribuíram para a desestruturação do mercado de trabalho, com a substituição de ocupações mais estáveis e de melhor qualidade por outras mais precárias. O que existe subjacente a este processo é a busca por parte das empresas multinacionais, aqui implantadas, em aumentar a taxa de exploração do trabalho – mais-valia relativa e absoluta – viabilizada pela flexibilização do mercado de trabalho na América Latina. Isto pode ser observado nos dados da Cepal (2002a) que se seguem.

A taxa de desemprego urbano aberto – média ponderada – da América Latina, ao longo da década de 80, se reduz de 6,1 a 5,8, entre 1980 e 1990 apesar de todo colapso das várias políticas macroeconômicas e da crise do endividamento na região. No decorrer dos anos 90 a taxa de desemprego

eleva-se, de 5,8 para 8,4, no cotejo entre 1990 em 2001, confirmando que as políticas neoliberais tendem a acentuar o desemprego, seja pelo seu aspecto estrutural, seja pela sua dimensão conjuntural. A maior era a da Argentina (passa de 2,6 em 1980 para 7,4 em 1990, e mais do que dobra, 17,4, em 2001); vale ressaltar que este foi o país que implementou de forma mais intensa os ajustes estruturais neoliberais – manutenção da Lei de Conversibilidade, sucessivos ajustes fiscais, privatização de todo o patrimônio público, redução do valor dos salários e aposentadorias dos servidores públicos –; a do México, embora fosse uma das mais baixas (por problemas metodológicos), cai de 4,5 em 1980 para 2,7 em 1990, mantendo-se praticamente estável 2,5 em 2001; a taxa do Brasil, também apresenta problemas metodológicos,⁶ passa de 6,3 em 1980 para 4,3 em 1990, elevando-se para 6,2 em 2001. A queda de desemprego no México e a certa estabilidade do Brasil são explicadas em grande parte pela violenta precarização e informalização dos seus mercados de trabalho, na medida em que se empregam cada vez mais pessoas sem vínculo empregatício e com relações de trabalhos precárias. A taxa de desemprego do Chile, dadas as elevadas taxas de crescimento do PIB, pôde diminuir, de 10,4 para 7,8, entre 1980 e 1990. Entrementes, com a desaceleração que se segue, ele volta a crescer para 9,2 em 2000.

Na América latina, a queda da renda salarial real e a maior regressividade da distribuição de renda, estão associadas, por um lado, aos impactos de medidas políticas sobre o mercado de trabalho – flexibilização, principalmente – e suas influências sobre o salário nominal – redução do salário real de forma direta. Por outro lado, vincula-se ao aumento dos preços, pós-privatizações, dos bens e serviços de necessidades básicas consumidos, o que representa um impacto relativo maior sobre o grupo de renda mais baixa – redução do salário real de forma indireta.

Os ajustes estruturais liberais, na América Latina, vêm conformando um novo regime de acumula-

⁶ Em 2003, uma nova metodologia de aferição do desemprego urbano é implementada pelo IBGE. Nos primeiros meses desse novo método as taxas de desocupação estão sempre oscilando acima do patamar de 10% da população economicamente ativa.

ção mais desarticulado setorial e socialmente. Aprofundando, portanto, as mazelas sociais que sempre fizeram parte da história da região.

O cenário, de aumento do desemprego e queda da renda das famílias, em justaposição com a piora dos serviços públicos sociais (saúde e educação, principalmente) que vem se configurando, no decurso dos últimos vinte anos na América latina, conforma uma contra-face de profunda deterioração social hodiernamente: prosti-

tuição, violência, tráfico e corrupção que atinge praticamente todos os espaços urbanos e parte do rural da América Latina hoje, variando apenas em grau entre diferentes países. (CANO, 2000).

O agravamento destas mazelas sociais poderá nos forçar aos rumos de sua superação, que somente poderá ser buscada com a reestruturação da soberania nacional, hoje entregue ao imperialismo. A crise social atinge hoje níveis inusitados e se estende por vários países. O alento é que se comece a observar certo dinamismo dos movimentos sociais em todo a região – na Colômbia, a guerrilha; no México, o movimento zapatista; no Brasil, o movimento dos trabalhadores sem terra – que tentam contestar a desigualdade social e a concentração da riqueza no continente.

CONCLUSÃO

Na análise aqui efetivada procuramos identificar as razões que conduziram à posição degenerescente trilhada pela América Latina desde os anos 70 do século passado. E as razões profundas explicativas dessa situação só podem ser descartadas se procedermos a uma análise totalizadora na qual a América Latina seja compreendida como parte inelutável do sistema capitalista internacional.

Dessa forma, podemos concluir que o quadro econômico e social presenciado nos países latino-americanos, de forma quase homogênea, nada mais significa do que a expressão da crise na qual esse sistema mergulhou desde quando o ciclo longo de

crescimento do pós-segunda guerra reverteu-se em taxas de lucro cadentes.

E, ao encetar a procura de alternativas que fizessem reverter o declínio dos lucros, o capitalismo promoveu tamanha onda de transformação que o fez ingressar em uma nova fase, embora de crise permanente, que passou a ser conhecida como a globalização dos mercados.

Assim, como parte deste processo, o envolvimento da América Latina na operação de salvamento dos capitalismos centrais deu-se através da constituição de um endividamento ao mesmo tempo crônico e estrutural. Ocorreu, então, o aprofundamento da integração da AL ao mercado mundial através da retomada das "exportações de capitais" dos países centrais para os países dependentes, as quais adquiriram duas formas, a saber, primeiramente, os empréstimos ex-

ternos e, depois, já no limiar dos anos 90, os movimentos de capitais especulativos e voláteis.

A impossibilidade de desatrelar-se deste endividamento permanente foi cristalizada mediante a aplicação de políticas de ajuste macroeconômico e de corte neoliberal emanadas dos países centrais, medidas que garantiram a reprodução do endividamento como componente estrutural do processo de estagnação e retrocesso.

Portanto, hoje, quando se procura refletir acerca das alternativas para nossos países, torna-se inevitável aventar-se a necessidade de uma ruptura, mas profunda o suficiente para eliminar a dependência colocada pelo endividamento estrutural. Todavia, seria difícil imaginar a efetivação desta tarefa gigantesca sem o questionamento da trajetória trilhada pelo próprio capitalismo no período recente.

REFERÊNCIAS

BALANCO, Paulo. *As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4^o. Anais... Porto Alegre-RS, 1 a 4 de jun. 1999. (CD-ROM).

BRENNER, Robert. The economics of global turbulence: a special report on the world economy, 1950-98. *New Left Review*, London n. 229, May/June, 1998.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CEPAL. *Anuário estático 2002*. Comissão Econômica para América Latina, 2002a. Disponível em: www.cepal.org Acesso em: ago. 2003.

_____. *Globalización y desarrollo*. Brasília, Mayo 2002b. Disponível em: www.cepal.org. Acesso em: ago. 2003.

CHESNAIS, François. Nova economia: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. *7 Letras Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 53-85, dez. 2001.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KATZ, Claudio. Una recesión global entre guerras y rebeliones. In: Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, 2^o. Anais... Curitiba (PR), 28 a 31 de maio de 2002. (CD-ROM).

KLIMAN, Andrew J. Endividamento, crise econômica e a tendência de queda na taxa de lucro – uma perspectiva temporal. In: *7 Letras Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 05-47, jun. 2000.

KREGEL, Jan. Flujos de capital, banca mundial y crisis financiera después de Bretton Woods. *Revista de Comercio Exterior*, jan. 1999.

MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4-5. (Os Economistas)

McNALLY, David. Turbulence in the world economy. In: *Monthly Review*, New York, v. 51, n. 2, jun. 1999.

MEDEIROS, Carlos. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis; (Org.). *Poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PERREIRA, Jaime. Crisis financiera y regulación política en América Latina. *Revista de Comercio Exterior*, set. 2001.

SALAMA, Pierre. Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina. *7 Letras Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 05-47, jun. 2000.

TEUBAL, M. Structural adjustment and social desarticulation: the case of Argentina. *Science and Society*, New York. v. 64, n. 4, winter 2000-2001.